

“Precisamos passar a boiada”: uma Análise do Discurso do ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles

“We need to pass the cattle herd through”: an analysis of the discourse of former Brazil’s Environment Minister, Ricardo Salles

Ismair Ignácio Júnior

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
ismair.junior@unesp.br

Fernanda Cátia Bozelli

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira
fernanda.bozelli@unesp.br

Resumo

O presente trabalho faz parte de um dos instrumentos avaliativos do curso *Análise do Discurso e Argumentação*, ministrado pela professora Eni Orlandi em 2021. Desse modo, o texto utiliza a abordagem teórica-metodológica da Análise de Discurso de vertente francesa (AD) para apresentar os efeitos de sentido a partir de um trecho do discurso do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Na primeira seção, levamos em consideração as condições em que os sentidos foram produzidos, ou seja, reportando os enunciados a sua historicidade e destacando as implicações políticas, sociais e econômicas que os circundam. Já na segunda seção, retomamos algumas noções do dispositivo teórico-analítico da AD e propomos um menor distanciamento entre os estudos sobre a linguagem e a Educação em Ciências com base na análise realizada.

Palavras-chave: análise do discurso, linguagem, meio ambiente, educação em ciências

Abstract

This paper is an outcome of some reflections of the course *Discourse Analysis and Argumentation*, which was organized by Abralín – Brazilian Linguistic Association – in 2021 and coordinated by Professor Eni Orlandi. The text uses the theoretical-methodological approach of the French Discourse Analysis (DA) to present the effects of meaning from an excerpt from the speech of the former Minister of the Environment, Ricardo Salles, during the ministerial meeting on April 22, 2020. In the first section, we consider the conditions in which the meanings were produced, that is, reporting the statements to their historicity and

highlighting the political, social, and economic implications surrounding them. In the second section, we make use of some notions of the theoretical-analytical framework of DA previously discussed and we propose a smaller gap between studies on language and Science Education based on the analysis that was carried out.

Keywords: discourse analysis, language, environment, science education

Discurso e Argumentação

Este texto é resultado das reflexões propostas no curso *Análise do Discurso e Argumentação*, ministrado pela professora e pesquisadora Eni Puccinelli Orlandi e promovido pela Abralín – Associação Brasileira de Linguística – em 2021. De acordo com o plano de ensino do curso, buscou-se compreender o funcionamento da argumentação enquanto processo de significação. Para isso, lançou-se mão do dispositivo teórico-metodológico e analítico da Análise de Discurso de filiação francesa (AD). Ao pensarmos na argumentação sob a perspectiva da AD, leva-se em conta o seu funcionamento discursivo-materialista e a relação entre linguagem e ideologia, ou seja, pensa-se o sujeito, o político, a história e a ideologia.

Dito de outra maneira, a ideologia estrutura a argumentação, sendo a argumentação um modo de funcionamento da ideologia, um deslocamento ideológico, conforme propõe Orlandi (2011). Com o alargamento da definição de argumentação em uma dimensão constitutiva do discurso, Amossy (2016) acrescenta que a argumentação faz parte do discurso da mesma forma que a enunciação também faz. A argumentação, assim, tem seu lugar nos estudos sobre a linguagem. Seu estatuto pressupõe algumas noções teóricas e metodológicas, como a de antecipação e a de esquecimento, por exemplo.

Logo, ao conceber a linguagem como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2020, p. 13), a AD busca refletir sobre os processos e as condições de produção da linguagem enquanto parte constitutiva de nossas vidas, isto é, somos sujeitos discursivos que significamos na e pela história. A maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua constitui, portanto, uma relação complementar entre língua-discurso-ideologia (PÊCHEUX, 1995).

A partir das noções do quadro teórico da AD, este trabalho leva em consideração a não transparência da linguagem e a constituição simbólico-histórica do sujeito que significa. Assim, o dispositivo da AD, cujo método permite pôr em prática uma escuta social, tem levado a compreender como diferentes objetos simbólicos produzem sentido e afetam a vida social considerando as condições materiais de existência do sujeito (ORLANDI, 2020).

Dito isso, o objetivo geral deste texto é apresentar os efeitos de sentido a partir de um trecho do discurso do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Na ocasião, o ex-ministro alertou as autoridades presentes sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19. Para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia estava voltado para o novo coronavírus para mudar regras de proteção ambiental.

A fala do ex-ministro teve bastante repercussão negativa na imprensa nacional e internacional, principalmente depois que, sob a autorização de Celso de Mello, na época ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o vídeo da reunião foi divulgado. A gravação, inclusive, é o

principal elemento do inquérito que apura no Supremo suposta interferência do presidente da república, Jair Bolsonaro, na Polícia Federal, segundo relatou o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro. A reunião ministerial teve a participação de Bolsonaro, do vice, Hamilton Mourão, de Moro e outros ministros. Ao todo, participaram 25 autoridades.

No âmbito discursivo, marcado pelo confronto de saberes, surge a necessidade de manifestações contrárias ao desmantelamento das políticas de conservação ambiental no Brasil, ou seja, de resistir. Na ordem da língua, a nota de repúdio que foi assinada pelos representantes de quarenta associações e sociedades científicas brasileiras em 26 de maio de 2020 se materializa como prática de resistência e afrontamento no fio do discurso.

Após a fala de Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional, Ricardo Salles, entre outras declarações polêmicas, disse: *“Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas de IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória de que nós precisamos, em todos os aspectos.”*¹

Tomando o texto para além da superficialidade linguística, a AD busca “deslindar o novelo produzido por efeitos, encontrando o modo como se organizam os sentidos” (ORLANDI, 2020, p. 88). Por isso, diante da conjuntura em que o enunciado emergiu, o conceito de condições de produção do discurso ocupa lugar de destaque na teoria pecheuxtiana, na medida em que elas são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária e constituindo com ela o sentido do texto. Na elaboração de Pêcheux, o processo de produção do discurso contempla um conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

As condições de produção fortalecem a relação entre a historicidade dos sentidos e o sujeito, podendo ser agrupadas em circunstâncias de enunciação (específicas ou imediatas) e em contexto sócio-histórico-ideológico (anteriores), conforme explica Orlandi (2020). Dessa forma, o discurso é compreendido como efeito de sentidos entre locutores, “produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age fora, oriundo do espaço socio-histórico” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 47).

¹ Para este exercício, selecionei um pequeno trecho da fala do ex-ministro. A transcrição completa da reunião, que inclui a participação dele e de outros ministros, pode ser acessada neste endereço: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>

Além disso, a materialidade discursiva, que coloca em operacionalização o equívoco da língua, a existência da história e o recalque do inconsciente, noções advindas dos três campos do conhecimento que sustentam a disciplina de entremeio, é a base material de análise necessariamente determinada pela contradição. Em outras palavras, ao analisar o processo pelo qual a argumentação de Salles e o das associações e sociedades científicas brasileiras se constroem, toma-se a relação de incompletude de cada um desses três elementos.

Quando Salles utiliza a expressão “passar a boiada”, é possibilitada a existência do sentido enquanto efeito metafórico (deslize), pois seu dizer é colocado em relação com os saberes que lhe são determinados pela formação discursiva à qual ele está vinculado; saberes esses determinados historicamente na formação social capitalista. Segundo Pêcheux (1995), formação discursiva (FD) corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Salles, ao se identificar com a FD do agronegócio, manifesta em seu discurso uma relação de aliança com os interesses dos representantes desse setor político e econômico. Atualmente, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), braço mais conhecido da bancada ruralista, a maior do Congresso, conta com 284 deputados e senadores. Além disso, a bancada, pertencente majoritariamente a partidos como MDB, PSD, PP, PL e Democratas, tem “somado esforços” para colocar em pauta projetos de lei que pretendem flexibilizar ainda mais o uso de agrotóxicos no país (PL 6299/2002). A tentativa coincide com outros projetos nocivos à preservação do meio ambiente que tramitaram no Congresso, tais como a simplificação do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021), a regulamentação da caça esportiva (PL 5544/2020) e as tentativas de mudança no Código de Mineração (PL 5807/2013). É importante destacar que todos os projetos citados se alinham a um posicionamento mais à direita no espectro político (conservador), com forte influência do perfil econômico liberal.

Bolsonaro e Salles têm sido defensores declarados do desenvolvimento na Amazônia. Na condição de autoridades políticas, eles integram um grupo que legitima e autoriza a grilagem de terras e a mineração ilegal em áreas protegidas. Bolsonaro fala como presidente. Salles fala como ministro. Pelo constructo “(nós) precisamos passar a boiada”, Salles e Bolsonaro representam um mesmo movimento, cujo enunciado põe em circulação uma suposta homogeneidade grupal, que resulta no efeito consenso, ao mesmo tempo que constrói a autoridade sobre a realidade. Tal efeito, no entanto, apaga e/ou silencia a heterogeneidade interna de vozes populares. Na perspectiva discursiva pecheuxtiana, Salles, ao falar em nome do Ministério do Meio Ambiente, não fala mais ao povo, e sim ao porta-voz do povo, ao presidente Bolsonaro, pois é a figura que, a princípio, surge para falar em nome do povo, dando-lhe a ilusão de representatividade.

Sabendo que a FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade, (LEANDRO-FERREIRA, 2020), “dar de baciada a simplificação regulatória” corresponde a estratégias de favorecimento às demandas dos empresários e produtores rurais – que vão dos fabricantes de máquinas e insumos às indústrias e grandes multinacionais exportadoras, passando por bancos, seguradoras, investidores e cooperativas de crédito.

Em face disso, compreende-se que toda FD possui uma matriz de sentido, a qual sustenta os



saberes e práticas que caracterizam determinada FD. Pêcheux (1995) explica ainda que é a partir dessa matriz que se estabelece a forma-sujeito, conduzindo ao assujeitamento, ou seja, à interpelação ideológica. O modo como o discurso de Salles funciona, identificando-se inconscientemente à FD do agronegócio, produz efeitos de sentido conflitantes com as pautas dos direitos indígenas e dos militantes sem-terra, justamente porque “os sentidos não têm somente a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi” (ORLANDI, 2020, p. 28).

As filiações de sentidos remetem-se à memória – tratada como interdiscurso – este definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Sobre a memória discursiva, Orlandi (2020) explica que é:

o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres (constituição dos sentidos) que afetam o modo como o sujeito significa em uma formulação dada (intradiscurso) (ORLANDI, 2020, p. 29).

No caso que estamos analisando, os sentidos convocados pela memória remontam desde a época das eleições, quando Jair Bolsonaro já cogitava na extinção da pasta do Meio Ambiente como ministério. No entanto, mesmo o ministério (re)existindo, não se garantiu a manutenção da política de conservação ambiental, acordos climáticos e combate ao desmatamento, sendo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) transferido para o Ministério da Agricultura e a Agência Nacional das Águas (ANA) para o Ministério de Desenvolvimento Regional.

Ademais, o afrouxamento da fiscalização das Unidades de Conservação (UCs) instituídas por lei em 2007, bem como a liberação de agrotóxicos com alto índice de toxicidade e o questionamento dos dados sobre o desmatamento levantados pelo INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais) representam um retrocesso na política ambiental nacional com consequentes e sérios riscos à saúde humana e aos ecossistemas naturais. Isto é, a memória relacionada à falta de compromisso do governo federal com a conservação ambiental não se rompe na formulação dada, sendo, portanto, os enunciados do agronegócio inscritos na continuidade da história e da língua, através da ideologia.

O modo de produção capitalista intervém sobre os dispositivos legais de fiscalização ambiental, por meio de critérios políticos e econômicos, o que (re)orienta os interesses nacionais de gestão dos recursos naturais e reprime (in)diretamente tentativas de defesa e preservação do meio ambiente. Nesse caso, a ideologia dominante se reflete na exterioridade cumprindo funções na sociedade ao mesmo tempo que comparece materializada no discurso, revestido pela língua. Por meio da tentativa de “simplificar normas de IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo”, os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado representam os meios pelos quais a classe dominante exercita e mantém o poder estatal (ALTHUSSER, 1974).

Estudos sobre a Linguagem e Educação em Ciências: uma interface

Ao nos filiarmos à definição de discurso com a qual a AD trabalha, compreendemos que o sentido é determinado pelas relações de força que derivam da forma da sociedade na história. Para compreendermos esses sentidos, é necessária uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto; logo, “a análise de Discurso se confronta com a

necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político" (PÊCHEUX apud ORLANDI, 1998, p. 74).

Conforme expomos na seção anterior, a descrição do funcionamento do processo discursivo leva em conta as determinações histórico-sociais e ideológicas, o que nos permite compreender, ou ao menos questionar, o aumento nas taxa de desmatamento do patrimônio ambiental do país (73% nos três primeiros anos da gestão Bolsonaro) e outros crimes de natureza predatória, ao mesmo tempo em que houve a redução abrupta no número de multas aplicadas pelo IBAMA². Portanto, é pelo trabalho com a ideologia que se dissipa a impressão de transparência da linguagem, de efeito literal, unívoco.

Vale destacar que Salles se sente confortável em dizer o que disse pois os demais presentes na reunião ministerial em questão se identificam com o mesmo conjunto de saberes/domínios que regulam o que pode/deve/convém ou não ser dito a partir de um determinado lugar, ou seja, por compartilharem a mesma filiação ideológica, o discurso de Salles garante sua condição de existência.

Quando a AD desterritorializa a noção de leitura pela noção de discurso, abra-se caminho para aceitar a inscrição da língua na história. Além disso, a posição-sujeito que Salles ocupava na pasta de Meio Ambiente não pode ser vista somente pelo viés da estrutura social. Essa posição é, na verdade, representada no processo discursivo, designando lugares que os locutores se atribuem uns aos outros e constituindo, assim, as tais condições de produção dos discursos (ORLANDI, 1998).

Em meio às projeções imaginárias que afetam os sujeitos em suas relações entre os discursos, Pereira (2020) relembra que alguns slogans do cotidiano, como “agro é pop”, “agro é tech”, “agro é tudo”,

dialogam com o agronegócio de modo a filiar uma cadeia produtiva de conhecimento à cadeia do agronegócio tocado pelos interesses do grande Capital abastecido pelo modo como o Estado e o poder de Estado (ALTHUSSER, 1999) renegociam formas espúrias de uso de questões públicas em benefício de interesses privados. Lembremos da cadeia produtiva que cerca a produção de soja, milho e gado bovino do Brasil, por exemplo, e que se relaciona com o desmatamento em larga escala, faz parecer que não há lacunas para debate sobre o propalado “desenvolvimento sustentável” (PEREIRA, 2020, p. 297).

Diante da citação de Pereira, apreende-se que todo sentido é “produzido em condições específicas, em relação com uma exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico (ORLANDI, 1998, p. 75). Nesse caso, o argumento principal da formação discursiva a que Pereira se refere é o econômico, empresarial, sob a forma do discurso neoliberal.

Ao propormos uma interface entre os estudos sobre a linguagem e a educação em ciências, estamos considerando o trabalho com a ideologia, a qual é constitutiva da relação entre sujeito e sentido, e dando visibilidade à argumentação como um observatório do político, na medida em que ela é parte da materialidade do texto (ORLANDI, 1998). De acordo com a formulação

² Notícia da BBC News Brasil: “O Ibama aplicou um terço a menos de multas a infratores ambientais em 2019 do que no mesmo período do ano anterior, segundo dados do próprio órgão.” Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49430376> Acesso em 15 Nov 2022.

teórica-metodológica da AD, pode-se dizer que, na realidade argumentativa de um discurso, é preciso levar em consideração a relação imaginária do homem com o simbólico.

O exercício analítico que apresentamos neste trabalho é um exemplo de como o estudo sobre o funcionamento da linguagem pode contribuir para compreender o processo de significação em que os discursos sobre o meio ambiente se inscrevem. Nesse sentido, ao nos colocarmos na posição de analistas, investimos nos conhecimentos que poderão expandir o campo da compreensão de outras questões socioambientais que constituem o escopo da Educação em Ciências. Ao nos aprofundarmos nessa interface, inauguramos novas práticas de leitura de constituição do sujeito e do mundo que é significado na/pela história.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

AMOSSY, R. **É possível integrar a argumentação na análise do discurso?** Problemas e desafios. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso** – edição ampliada. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

_____. **Discurso e argumentação: um observatório do político**. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas IN GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi – 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, A. de C. Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 289-309, 17 dez. 2020.

SIQUEIRA, V. **Análise do discurso: Conceitos fundamentais de Michel Pêcheux**. 1. ed. Mauá: Edição Colunas Tortas, 2017.